

debruce sobre qualquer aspecto ou sector da nossa vida oitocentista. Como advertem as Autoras, este catálogo inclui “apenas” os títulos existentes na Biblioteca Nacional, excluindo publicações periódicas sem carácter jornalístico, como almanaques, boletins, relatórios, memórias, etc. Ainda assim, coligem-se 5310 títulos, no conjunto dos dois volumes. Títulos por ordem alfabética e, conforme se conseguiu, com o local de edição, a editora, a data do primeiro número, a propriedade, direcção e redacção, a periodicidade, a natureza, e a ligação a outros títulos que continuavam ou precediam, bem como a cota da Biblioteca Nacional. No fim de cada volume, incluem-se índices geográficos, cronológicos e de responsáveis das publicações. As autoras reconhecem “ter feito uma recuperação, o mais exaustiva possível, da colecção de jornais e revistas portuguesas do século XIX” (nota prévia, vol. 1, p. 16).

No prefácio, o Prof. José Manuel Tengarrinha, autoridade na matéria e na época, evidencia-nos a novidade que o século XIX representou na vida social e no jornalismo, mutuamente potenciados. Primeiro, por ter aberto o “espaço público”, próprio da sociedade liberal, mais aberta à participação dos cidadãos e ao debate, nos vários sectores da vida colectiva. Aí entrou activamente o jornalismo, dando voz às várias correntes, e estruturando-as até: “foram os jornais a mais importante base de organização da vida política”. Segundo, porque o jornalismo de período curto – o nosso primeiro quotidiano, *Diário Lisbonense*, data de 1809 – reflectia e influenciava um ritmo social mais rápido. Terceiro, porque o conjunto muito maior de informações que a imprensa oitocentista passou a dar, transmitindo-nos um dia-a-dia repleto de sugestões e *fait-divers*, nos aproxima mais do real vivido, ainda que tal não nos dispense de procurar o enquadramento global (cf. prefácio, p. 10-12).

Lembram oportunamente as Autoras a relevância dos jornais especializados, que se destinaram, não só ao directamente político, mas também “à defesa de interesses sociais, à divulgação de actividades intelectuais, científicas, religiosas, e até recreativas” (nota prévia, vol. 1, p. 15). Assim sendo, o estudioso da história religiosa oitocentista, pode e deve juntar agora esta contribuição ao igualmente prestimoso trabalho de Joaquim Azevedo e José Ramos (Inventário da Imprensa Católica entre 1820 e 1910. *Lusitania Sacra*. 2ª série, 3 (1991) 251-264).

Manuel Clemente

CLEMENTE, Manuel – *Igreja e sociedade portuguesa: do Liberalismo à República*. Lisboa: Grifo, 2002. 502 p.

Valerá a pena publicar uma recolha de artigos dispersos, contextados, fruto de respostas a encomendas soltas e muitas vezes apressadas ou resultado de reflexões que como cerejas vieram no puxar de uma investigação?

Sim ... se não for pequena a .... garra do historiador! Fica bem patente como é grande.

Os trinta e um contributos, em boa hora publicados pela Grifo, revelam a pena desenhada de Manuel Clemente. Traça com a simplicidade do mestre a estrutura da teia que enquadra o assunto e, com olhar penetrante e arguto, vai tecendo o bordado que nos recorta a personagem, vai evidenciando com vivacidade os contornos da questão, sempre fiel ao fio das fontes a quem deixa a luz de nos surpreender. É sintomático que muitas vezes inicie os seus textos com citação das fontes, provocando a nossa atenção.

Neste livro reúnem-se escritos breves de três páginas até estudos articulados e

desenvolvidos, mesmo de síntese, abarcando leituras de épocas mais largas. Abraçam-se trabalhos publicados desde 1984 até 2001. Todos escondem ou manifestam um objectivo: desmentir ideias feitas, demonstrar sobretudo que o catolicismo português de oitocentos se manifestou de modo não uniforme perante a instauração do liberalismo.

Uma parte considerável destas 500 páginas é dedicada à história do lento apostolado dos leigos perante a rápida laicização da sociedade. E quando crescia a autonomia da acção eclesial dos leigos, a mentalidade dominante não aceitava a projecção social da fé cristã. Não era e não tem sido fácil entender o vínculo entre a presença eclesial e a cidadania política.

Os estudos de Manuel Clemente são imprescindíveis, na recente historiografia, para entender a emergência do laicado. A relevância do Congresso católico do Porto de 1871-1872 é sublinhada. Algumas figuras de leigos são postas em relevo como:

- a do apóstolo da educação D. António da Costa (1824-1892), também relendo a obra *O Cristianismo e o Progresso*, de 1868;
- a de D. António de Almeida (1821-1900), católico defensor da Igreja e do Papa, verdadeiro homem religioso;
- ou ainda, Conde de Samodães, Francisco Teixeira de Aguiar (1828-1918), activíssimo no último trinténio do século XIX.

Muito interessante no estilo é a sondagem à sensibilidade católica dos anos 70 do século XIX, como ilustração da “real amplitude do catolicismo português face à contemporaneidade começada em 1789” (p. 352).

Outra sondagem é feita à sociedade portuguesa no momento da recepção da *Rerum Novarum*, em 1891, através das intervenções no Congresso de Braga desse mesmo ano. Dá conta da “grave crise social política e cultural, onde o operariado incipiente e a pequena burguesia das cidades se agitavam, o regime se ponha em causa e o sentido nacional se questionava” (p. 406).

Os significativos congressos de 1891 e 1895 são estudados por Manuel Clemente, como passos do caminho para uma nova intervenção católica na vida política e social, capaz de lentamente superar a questão do legitimismo-constitucionalismo.

Data do fim do século o Congresso de Lisboa de Santo António, aqui também trabalhado. Como é referido, Santo António não foi tema, mas ocasião para afirmar o vigor da fé e da prática católica em Portugal. Reivindica-se a portugalidade do santo para incitar o patriotismo. Como conclui o autor: “A nação devia sacudir o vencidismo paralisante do fim de oitocentos” (p. 385). As sacudidelas abanaram os anticlericais que vieram para a rua provocar desordens.

Neste ambiente, Manuel Clemente enfrenta temas como a relação entre Movimento católico e Maçonaria, através da posição do portuense Conde de Samodães, já na fase de embate entre instituições e de marcado anticlericalismo.

O perfil de figuras episcopais, como a de Francisco Gomes do Avelar e dos Bispos de Pinhel, mereceu o estudo do autor. Teve mesmo a dita de estudar a diocese de Pinhel antes de vir a ser seu bispo titular! Outro estudo completaria recentemente esta abordagem. Também Évora, durante o cisma de 1832-1841, com a acção de Cicouro, é dada a conhecer.

O perfil de figuras presbiterais tem um exemplar no Padre Manuel Agostinho Madeira Torres, douto e patriota que deixou relato das invasões francesas em Torres Vedras. Aliás a terra natal do autor é pano de fundo para dois artigos. Outra figura do clero aqui tratada é a de José Inácio Roquete. Faz-se o estudo comparado do tema da oração e racionalismo em Portugal, escolhendo os sermões deste referido autor e a tradução dos

sermões do dominicano Monsabré, na Quaresma de 1876.

Igualmente não deixa o Autor de reflectir sobre a extinção das ordens e congregações religiosas, em estudo comemorativo dos 150 anos do evento apelidado como “trágica herança”, cavador do fosso entre cultura religiosa popular e ignorância religiosa básica da intelectualidade.

São recolhidos os trabalhos sobre as iniciativas missionárias depois da extinção, como são a Associação de Propagação da Fé, de pendor miguelista, estabelecida em 1837 em Portugal para ajudar espiritual e monetariamente os missionários; e a Sociedade Católica, de 1843 a 1853, de pendor mais aglutinador (com liberais e legitimistas) e dedicada à evangelização do país.

Como exemplo da reorganização da actividade pastoral, com o regresso dos institutos religiosos, é dado a conhecer o processo da fundadora das Dominicanas de Santa Catarina de Sena em Portugal, Teresa Saldanha.

Temas de actualidade motivam indagação histórica, como acontece com a procura de embriões da declaração da liberdade religiosa, relendo textos de Garret e do Conde de Samodães.

Sobre uma outra figura da nossa literatura se debruça Manuel Clemente: Raul Brandão. Das suas *Memórias* vai extrair uma análise da sociedade, uma identificação rigorosa dos males, uma previsão a requerer mudança do ambiente anticristão. É muito curioso o género confessional do texto religioso de quem, no início do século XX, vivia um drama pessoal e acolhia os sofrimentos alheios.

Muito diferente é a forma como Benardino Machado vive a questão religiosa. Com sagacidade amadurecida, para encerrar este livro, o autor leva-nos a percorrer o itinerário religioso de um político activo e de um espírito científico respeitador da história pessoal e colectiva, mas com um universo mental defensor da total secularização da sociedade. Era a posição diante de um catolicismo colado à monarquia moribunda.

Na passagem para o século XX, analisa os contributos para a revitalização da vida paroquial em Lisboa, oferecendo ao paladar do leitor nacos saborosos de Pereira dos Reis, Cerejeira, Manuel Falcão e até António Ribeiro, a apontar já para a nova evangelização.

Sabe inserir o surgir da Universidade Católica no contexto de uma longa expectativa, deixando-nos um precioso contributo para conhecer a génese da instituição.

Estes prolongamentos para além da República não são invasões em terreno alheio. Respeitam a verdade dos movimentos que criam futuro. De facto, não entenderemos alguns debates da actualidade no confronto permanente entre Igreja e Sociedade se não conhecermos as raízes e a génese das tendências, bem como a evolução das mentalidades e das atitudes.

Com esta edição a comunidade científica tem facilitado o alcance a uma investigação verdadeiramente notável para nos guiar com calma no agitado mundo liberal oitocentista.

Carlos A. Moreira Azevedo

NETO, Vítor – *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. 619 p.

Pela diversidade de perspectivas em que o período liberal é abordado, pela densidade e fiabilidade da informação disponibilizada e pelo modo agradável como o leitor vai sendo conduzido ao longo do texto, a obra de Vítor Neto merece uma referência muito positiva,